

**Questão Discursiva 01572**

Na pendência de ação anulatória em que discute a inconstitucionalidade de determinado tributo estadual, em curso na Comarca da Capital e já contestada pelo Estado, o devedor é citado, em execução fiscal na Comarca do interior em que domiciliado, para pagar débito relativo ao mesmo tributo. O devedor, então, opôs embargos, suscitando a prejudicialidade da ação anulatória e reiterando a argüição da inconstitucionalidade da lei que instituiu o tributo.

Como Procurador do Estado, quais seriam seus argumentos para a impugnação aos referidos embargos?